



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Termo de Referência
Processo Digital nº 413/2025**

1 – Condições gerais da contratação

1.1 Contratação de empresa para fornecimento e instalação de película de controle solar, pelo Sistema Registro de Preços, para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, conforme especificações (qualitativas e quantitativas) pormenorizadas neste Termo de Referência, pelo período de 12 (meses) contados a partir da publicação da Ata, podendo ser prorrogado conforme legislação atinente.

1.2 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.2.1 A contratação em tela não possui Catálogo Eletrônico de Padronização conforme consulta realizada no Portal Nacional de Compras Públicas.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.4 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

1.5 O órgão ou entidade poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

1.6 Todos os custos necessários para execução do objeto especificados neste Termo de Referência deverão ser contemplados na Proposta Comercial da empresa, de tal modo que, sendo Contratada, tenha condições de realizar o fornecimento sem ônus adicionais à Alesp.

1.7. Regime de execução: empreitada por preço unitário, menor preço por item. O objeto pode ser adjudicado a mais de um fornecedor.

1.7.1 Trata-se de objeto divisível, em respeito à aplicação do inciso III do artigo 48 da Lei Complementar n.º 123/2006, com redação definida pela Lei Complementar n.º 147/2014, podendo ser estipulada cota nos certames de até 25% (vinte e cinco por cento), reservada a microempresas e empresas de pequeno porte, atendendo ao limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

1.8 O presente Termo de Referência tem por finalidade, estabelecer diretrizes e fixar características a serem observadas na apresentação da proposta comercial, e na execução dos serviços-objeto desta contratação, além de estabelecer os principais tópicos, em detalhes eventualmente não assinalados, que devem ser executados de acordo com o padrão dos serviços em questão.

1.9 A aquisição ocorrerá mediante Sistema de Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses a contar da publicação da respectiva Ata, podendo ser prorrogado por igual período, desde que nova pesquisa de preços comprove a vantajosidade do preço prorrogado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo será a única contratante do objeto da Ata de Registro de Preços e não será permitida a adesão por falta de regulamentação.

1.10 A Contratada deverá indicar um profissional devidamente habilitado para acompanhamento da execução dos serviços-objeto da presente contratação, com autonomia para tomar decisões.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

1.11 O presente termo abarca especificações precisas, suficientes e claras, não contendo qualquer excesso que frustre a competitividade, ou ainda, inviabilize a participação de qualquer interessado.

1.12 No caso de dúvidas relativas à pretendida contratação, a proponente deverá dirigir-se à Divisão de Manutenção na ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, subsolo, sala S16/S17, onde as mesmas serão esclarecidas, ou ainda, pelo telefone (11) 3886-6324 ou 3886-6870.

Local de execução dos serviços

1.13 Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Avenida Pedro Álvares Cabral, nº 201, Ibirapuera, São Paulo/SP.

Subcontratação

1.14 A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

Prorrogação da Ata de Registro

1.15 A aquisição ocorrerá mediante Sistema de Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses a contar da publicação da respectiva Ata, podendo ser prorrogado por igual período, desde que nova pesquisa de preços comprove a vantajosidade do preço prorrogado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, estando a prorrogação da Ata condicionada à vantagem econômica para a Administração Pública, levando-se em conta aspectos como preço, qualidade, desempenho do fornecedor, anuência da detentora e manutenção das condições de habilitação da Contratada, como forma de garantir que a prorrogação ocorra dentro de parâmetros legais e critérios técnicos.

1.16 Em caso de prorrogação da Ata, poderá ser renovado o quantitativo

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 - SÃO PAULO – SP

(11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

originalmente registrado.

2 – Fundamentação e descrição da necessidade da Contratação

Justifica-se a aquisição visando assegurar privacidade aos ambientes desta edificação, controle da entrada de raios ultravioleta e consequente auxílio no equilíbrio térmico e redução do uso do ar-condicionado, além do aumento de resistência dos vidros contra estilhaçamentos.

Quanto a lançar mão do sistema de Registro de Preços, cumpre instruir ser o pretendido objeto de natureza comum, tendo sido descrito de forma suficiente e clara possibilitando futuras e eventuais contratações. Ainda nesse, o objeto que se pretende é perfeitamente divisível, rotineiro, sendo incerta e imprevisível sua solicitação, pois depende do resultado de outras interferências.

No que concerne à vantagem para a Administração, cumpre esclarecer que seria, s.m.j., mais oneroso realizar diversas contratações semelhantes ao longo do ano, especialmente considerando que, em razão do baixo valor unitário de aquisição, muitas vezes seria necessário recorrer ao cálculo por metro e à realização de múltiplas licitações.

3 – Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto

Item	Qtde	Unid	Discriminação
01	1000	m ²	Fornecimento e aplicação de película de filme de controle solar (tipo Insulfilm ou tecnicamente equivalente), branco jateado, translúcido. Qualidade anti-risco. Antiestilhaçamento. Porcentagem ultravioleta rejeitada: 99%; transmissão solar total: 68,2%. Transmitância de luz visível: 71,5%. As porcentagens descritas podem variar em 5% para mais ou para menos. Incluso remoção com limpeza dos vidros. Referência



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

			Marca/fabricante 3M
02	1000	m ²	Fornecimento e aplicação de película de filme de controle solar (tipo Insulfilm ou tecnicamente equivalente), fumê. Qualidade anti-risco, antiestilhaçamento, com transmissão de luz entre 5% e 20% (G5-G20). Porcentagem ultravioleta rejeitada: Entre 95 a 99%. Incluso remoção com limpeza dos vidros. Referência Marca/fabricante 3M
03	500	m ²	Fornecimento e aplicação de película de filme de controle solar (tipo Insulfilm ou tecnicamente equivalente), prata espelhado. Qualidade anti-risco, antiestilhaçamento, com transmissão de luz entre 5% e 35% (G5-35). Visibilidade: 20%. Bloqueio de raios UV: 99%. Porcentagem ultravioleta rejeitada: Entre 85 a 99%. Incluso remoção com limpeza dos vidros. Referência Marca/fabricante 3M
04	200	m ²	Fornecimento e aplicação de película de filme de controle solar (tipo Insulfilm ou tecnicamente equivalente), branco jateado listrado, translúcido. Qualidade anti-risco. Antiestilhaçamento. Visibilidade: 95%. Bloqueio de raios UV: 99%. Bloqueio de energia solar: 70%. As porcentagens descritas podem variar em 5% para mais ou para menos. Incluso remoção com limpeza dos vidros. Referência Marca/fabricante 3M

3.1 Todos os serviços, materiais e suas respectivas aplicações devem obedecer ao disposto nas normas técnicas vigentes. Quando necessário, poderão ser exigidas certificações, cabendo à Contratada apresentar o certificado de conformidade técnica dos materiais, em atendimento às referidas normas.

3.2 Remoção de películas antigas e preparação da superfície para a aplicação das novas películas, quando houver.


3.3 A película deverá conferir ação antiestilhaçamento ao vidro. O produto final

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO

    /ASSEMBLEIASP

 WWW.AL.SP.GOV.BR

 AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 - SÃO PAULO – SP

 (11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

da instalação deverá estar sem bolhas e/ou vincos na película, com as bordas aderindo perfeitamente à superfície do vidro. A película deverá permitir ser completamente removida do vidro a qualquer tempo, sem deixar marcas.

3.4 As atividades em altura deverão ser acompanhadas por um técnico de segurança, além de atender todas as normas de segurança pertinentes. Incluso o descarte e a destinação apropriada do material removido. Unidade de medida para a quantificação do serviço e critério de medição em metro quadrado (m²).

3.5 Fornecimento e aplicação de selante apropriado à aplicação e recomendado pelo fabricante da película, se o caso.

3.6 Limpeza da área envidraçada objeto da aplicação da película de controle solar. Inclusos todos os materiais, ferramentas e mão de obra necessários à limpeza da área de aplicação da película de controle solar.

3.7 As dimensões para construção ou fornecimento de elementos previstos deverão ser confirmadas "in loco", a cada solicitação.

3.8 Bota fora – descarte ambientalmente adequado - diário de todo entulho proveniente dos serviços e limpeza dos locais, de forma que não haja acúmulos de entulho nas áreas de serviço, evitando-se, assim a dispersão de pó e detritos no ambiente de trabalho. Restará a Contratada a locação de caçambas para descarte dos referidos materiais.

3.9 Verificar antes da colocação a eventual existência de peças danificadas que não possam ser restauradas. Faz parte integrante do escopo dos serviços o aviso prévio de peças ou trechos danificados;

Prazo de garantia dos materiais e serviços

3.10 O prazo de garantia dos produtos e serviços: no mínimo 06 (seis) meses a

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 - SÃO PAULO – SP

(11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

partir do termo de recebimento definitivo, prevalecendo, quando maior que este prazo, a garantia/validade dada pela Contratada, pelo fabricante ou decorrente de lei.

3.11 A substituição dos materiais ou reexecução dos serviços, eventualmente necessárias, deverão ocorrer em um prazo de até 15 (quinze) dias corridos.

3.12 A referida garantia não se assemelha a assistência técnica.

Descrição das características específicas da execução

3.13 A presente contratação contempla o fornecimento de toda a mão de obra, supervisão técnica, equipamentos, EPI, materiais, acessórios, componentes, serviços e quaisquer outros recursos necessários para executar, em sua totalidade, todas as atividades relacionadas com os serviços listados e/ou indicados neste Termo de Referência.

3.14 Estas providências serão estendidas também às atividades complementares à execução, eventualmente não indicadas neste Termo de Referência, e que sejam absolutamente necessárias à perfeita execução dos serviços em consonância com as Normas e Procedimentos aqui estabelecidos.

3.15 Todos os prestadores da Contratada se apresentarão para execução dos serviços utilizando o seu uniforme completo, EPIs, EPCs e portando o cartão de identificação funcional (crachá) em local visível. Terão livre acesso aos locais a fim de executar os serviços, respeitadas as normas de segurança vigentes nas dependências da Contratante.

3.16 A Contratada deverá manter as áreas de serviço devidamente limpas e em ordem durante o andamento dos trabalhos.

3.17 O transporte horizontal e vertical dos equipamentos e materiais até o local de execução dos serviços será de responsabilidade da Contratada.

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 - SÃO PAULO – SP



(11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

3.18 É de responsabilidade da Contratada o reposicionamento aos locais de origem de quaisquer instalações que tenham sido removidas ou deslocadas quando da execução dos serviços.

3.19 A Contratada deverá prestar toda assistência técnica e administrativa, responsabilizando-se por todo equipamento, pessoal especializado e materiais utilizados e necessários a uma execução perfeita e dentro dos prazos estabelecidos.

3.20 A Contratada deverá substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público.

3.21 A circulação dos funcionários da Contratada dentro das dependências da ALESP (quando da realização dos serviços) deverá limitar-se aos locais onde estarão sendo realizados os serviços e acessos aos mesmos.

3.22 A Contratada deverá providenciar a devida sinalização e/ou barreiras indicadoras, a fim de assegurar a integridade física dos usuários deste edifício no local de execução dos serviços.

3.23 Qualquer ligação de equipamentos ou ferramentas elétricas na rede permanente de distribuição elétrica deverá ser comunicada à Fiscalização para fins de verificação da capacidade de carga da rede. É vedado à Contratada o acesso aos quadros elétricos de distribuição do Edifício.

3.24 Toda movimentação necessária de móveis, máquinas, infraestrutura elétrica, telefonia, etc., ou equipamentos existentes nos locais de trabalho é de responsabilidade da Contratada.

3.25 A guarda e armazenamento de todos os materiais e ferramentas que

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO

    /ASSEMBLEIASP

 WWW.AL.SP.GOV.BR

 AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SL S17 - SÃO PAULO - SP

 (11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

serão utilizados nos trabalhos é de responsabilidade da Contratada.

3.26 A Contratada deverá atentar para proteção de pisos e mobílias durante a execução dos serviços.

Da segurança e medicina no trabalho

3.27 A Contratada deverá:

- a) cumprir e fazer cumprir pelos seus colaboradores o Regulamento Interno da Contratante;
- b) observar as regras de boa técnica e de segurança quanto ao uso de ferramentas e equipamentos, mantendo rigoroso controle, de forma a garantir que não seja possível sua utilização para outros fins;
- c) obedecer, na execução e desenvolvimento das atividades, às determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho, e suas alterações, além de normas e procedimentos internos do Contratante, relativos à engenharia de segurança, medicina e meio ambiente de trabalho.
- d) assumir total e exclusiva responsabilidade por qualquer ônus ou encargos relacionados com seus profissionais na prestação dos serviços-objeto do contrato, sejam eles decorrentes da legislação trabalhista, social, previdenciária e/ou ambiental, incluídas as indenizações por acidentes, moléstias ou outras de natureza profissional e/ou ocupacional;
- d.1) a Contratada deverá fornecer aos profissionais responsáveis pela execução uniformes completos, equipamentos de segurança e de proteção individual (EPI) equipamentos de segurança e proteção coletiva (EPC), zelando para que os mesmos sejam corretos e continuamente utilizados. Os profissionais deverão estar sempre limpos, asseados e identificados mediante o uso permanente de crachá com foto. Os

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SL S17 - SÃO PAULO - SP



(11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

profissionais somente terão acessos aos locais de trabalho desde que devidamente uniformizados, com crachá e com equipamentos (EPIs e EPCs) e com as ferramentas necessárias;

d.2) Deverá, ainda, indicar formalmente um responsável devidamente qualificado para acompanhamento de eventual acidente/incidente, com poderes de decisão, que deverá acompanhar eventuais ocorrências junto a hospitais, devendo ainda, lavrar a competente CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho, enviando cópia para a fiscalização da contratante;

e) toda documentação e demais providências relativas à segurança do trabalho será acompanhada pela equipe de segurança do trabalho da ALESP, subordinada a Divisão de Atendimento de Saúde ao Servidor.

Da administração de Recursos Humanos

3.28 Os serviços não exigem dedicação exclusiva de mão de obra, não havendo, portanto, subordinação de qualquer espécie e a qualquer título, entre a Contratante (seja por meio de sua fiscalização, seja por meio de qualquer outro agente público a ela vinculado) e os empregados ou equivalentes da Contratada.

3.29 A Contratada deverá indicar um responsável técnico pela execução dos serviços, objeto da contratação, e deverá manter no local, durante todo o período de execução dos serviços, encarregado técnico apto a interagir com a Fiscalização e a comandar e coordenar as equipes de trabalho.

3.30 A Contratada deverá comprovar vínculo com os prestadores que executarão o serviço, devendo a documentação ser entregue antes da assinatura da Autorização de Compra/Ordem de Execução de Serviços.

3.30.1 A comprovação do vínculo profissional com a empresa poderá dar-se mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SL S17 - SÃO PAULO - SP

(11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ou outro meio hábil de acordo com a legislação vigente.

4 – Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1 Os materiais solicitados deverão obedecer rigorosamente:

- a) Às disposições legais da União e do Estado de São Paulo onde será executado o objeto;
- b) Às normas e especificações constantes do Edital;
- c) Às prescrições e recomendações dos fabricantes e materiais solicitados;
- d) Às normas ABNT pertinentes ao objeto.
- e) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

4.2 Como medidas mitigadoras:

- a) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;
- b) Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, a fim de ser devidamente descartados na coleta seletiva.

4.3 A(s) Contratada(s) deverá(ão) observar as boas práticas, técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização de serviços e/ou fornecimento de bens, que correrão sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

4.4 As normas de segurança constantes deste Termo de Referência não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais,

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 - SÃO PAULO – SP

(11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas referentes aos materiais.

Indicação de marcas ou modelos

4.5 A indicação de marca/fabricante dos produtos é apenas referencial podendo ser ofertada outra desde que atenda as especificações solicitadas no Termo de Referência.

5 – Modelo de Execução do Objeto

Prazo de execução dos serviços

5.1 O prazo de execução dos serviços e fornecimento de materiais a cada solicitação é de até 30 (trinta) dias, a contar do terceiro dia útil subsequente à emissão da Autorização de Compra/Ordem de Execução de Serviços, podendo ser prorrogado conforme legislação atinente.

5.1.1 Caso não seja possível a execução no prazo assinalado, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2 Antes do início da execução do objeto, a Contratada deverá entrar em contato com a Fiscalização por meio do telefone (11) 3886-6324 para:

a) definir de acordo com as exigências e necessidades dos serviços, a melhor estratégia para a execução dos mesmos, de modo a garantir o maior rigor das Normas de Segurança e Higiene do Trabalho para seus empregados e os usuários do local onde estiver ocorrendo o evento.

b) definir a necessidade de isolamento/ proteção de áreas com faixas

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SL S17 - SÃO PAULO - SP



(11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

de sinalização ou pessoal, uma vez que quaisquer danos registrados serão de inteira responsabilidade da Contratada.

5.2.1 Deverá ser considerada zona de restrição que impede caminhões de grande porte de circular na região da ALESP, quando da entrega dos materiais.

5.3.1 Horário de execução dos serviços: Os serviços poderão ser executados nos períodos diurno/noturno e aos finais de semana, a critério da Contratante.

Penalidades

5.4 O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas no instrumento contratual e fixadas neste Termo de Referência importará a aplicação das seguintes penalidades:

5.4.1 Advertência quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

5.4.2 Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado na execução, sobre o valor efetivado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, ainda que decorrente de obrigação acessória.

5.4.3 Multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor efetivado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, ainda que decorrente de obrigação acessória, salvo se esta puder ser individualizada, inclusive em relação aos seus custos.

5.4.4 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

5.4.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SL S17 - SÃO PAULO - SP

(11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

5.4.6 As multas previstas e demais sanções legais são independentes.

5.4.7 A aplicação de multa poderá ser cumulada com as sanções previstas nos subitens 5.4.1., 5.4.4. e 5.4.5.

5.4.8 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

Obrigações Específicas das Partes

Da Contratada

5.5 Obriga-se a empresa vencedora:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do Edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quando da finalização dos serviços;

f) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 - SÃO PAULO – SP

(11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

da Ata de Registro de Preços;

g) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;

h) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

i) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

j) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua Proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua Proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer alguns dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei 14.133 de 2021.

k) responsabilizar-se pelo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual para seus funcionários ou prepostos e orientação dos mesmos quanto à observância das Normas de Segurança e Higiene do Trabalho vigentes.

l) responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a sofrer seus funcionários ou prepostos, ficando sob sua responsabilidade o atendimento, transporte e primeiros socorros do acidentado.

m) paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens;

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO

    /ASSEMBLEIASP

 WWW.AL.SP.GOV.BR

 AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SL S17 - SÃO PAULO - SP

 (11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- n) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- o) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- p) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- q) manter endereço eletrônico (e-mail) e telefone válidos para fins de comunicação com a Contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- r) demais condições constantes do Edital.

5.5.1 A falta do produto, cujo fornecimento incumbe à detentora do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos bem como as demais condições estabelecidas.

5.5.2 Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

Da Contratante

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SL S17 - SÃO PAULO - SP

(11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

5.6 Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas ao objeto entregue;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na Dispensa e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à Contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do Edital.

6 – Modelo de Gestão do Contrato

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115,

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO

    /ASSEMBLEIASP

 WWW.AL.SP.GOV.BR

 AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 – SÃO PAULO – SP

 (11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre a Alesp e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. A Alesp poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Alesp poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.10 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, a qual anotarà em registro próprio qualquer ocorrência havida que esteja em desacordo com os termos do Edital, seus Anexos ou do instrumento contratual, determinando, em decorrência disto, o que for necessário à regularização das falhas observadas.

6.11 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, a fiscalização do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a sua correção.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

6.11.1. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá à rotinas de verificação da compatibilidade do objeto entregue com o especificado na compra.

7 – Critérios de medição e pagamento

7.1 Recebimento

7.1.1 Os bens e serviços serão recebidos, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da seguinte forma:

a) com a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, em até 3 (três) dias, com a prévia verificação do pleno e fiel cumprimento a todas as disposições do Termo de Referência e da Proposta Comercial;

b) com a lavratura de Termo de Recebimento Definitivo, em até 3 (três) dias, decorrido o prazo de observação, fixado em até 30 (trinta) dias, contado a partir da lavratura do Termo de Recebimento Provisório, desde que persista a qualidade dos bens entregues e sua conformidade com as exigências contidas no Termo de Referência e na Proposta Comercial.

7.1.2 Os bens e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

7.1.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.7 O requerimento de pagamento, bem como todos os demais documentos de cobrança, deverá ser enviado à Divisão de Manutenção da ALESP, localizado no subsolo do "Palácio 9 de Julho", sala S17 - telefone (11) 3886-6324, via correio eletrônico (dman@al.sp.gov.br ou acrodrigues@al.sp.gov.br) em arquivos com extensão .pdf, pesquisável.

7.2 Prazo de pagamento

7.2.1 O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente da Contratada, observadas as seguintes condições:

7.2.1.1 Apresentação de nota fiscal/fatura acompanhada:

- a) do respectivo Termo de Recebimento Provisório;
- b) da certidão conjunta (negativa de débitos ou positiva com efeitos de negativa) de regularidade de contribuições previdenciárias, de tributos federais e da dívida ativa da União;
- c) da certidão de regularidade em face do FGTS;

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO

    /ASSEMBLEIASP

 WWW.AL.SP.GOV.BR

 AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SL S17 - SÃO PAULO - SP

 (11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

d) da certidão de regularidade em face de débitos trabalhistas, devidamente atualizadas;

7.2.1.2 Em 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura ou documento de cobrança equivalente. Caso o dia de pagamento recaia em dia não útil, esse será efetuado no primeiro dia útil antecedente, sendo certo que, mesmo nesse caso, manter-se-á, na fatura, o dia de vencimento.

7.2.1.2.1 Para efeito da contagem do prazo de pagamento, será considerada como “data de apresentação da nota fiscal/fatura” a data final em que todos os documentos mencionados no subitem 7.2.1.1 forem entregues à ALESP.

7.2.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante

7.2.3 Nas operações internas (fornecedores e prestadores de serviços contribuintes do ICMS no Estado de São Paulo), deverá ser observado, quando da entrega do objeto contratado, a correta emissão da Nota Fiscal, nos termos do Decreto Estadual nº 48.034, de 19 de agosto de 2003.

7.2.4 A adjudicatária que não possuir conta no Banco do Brasil S/A deverá providenciá-la após a adjudicação do objeto, para viabilização dos pagamentos.

7.2.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.2.6 Na hipótese de o pagamento não ocorrer dentro do prazo previsto no instrumento convocatório ou contratual e a contratada não ter concorrido para a perda do prazo, deverá ser feita a atualização monetária do valor devido, com utilização da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo) ou de outro índice que venha a substituí-lo,

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 - SÃO PAULO – SP



(11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

acrescido de juros moratórios na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata tempore, em relação ao atraso verificado.

7.2.7 Havendo atraso na execução será aplicado o disposto no subitem 5.4 deste Termo, sem prejuízo das demais sanções dispostas nas legislações que regem o presente procedimento.

8 – Forma e Critério de Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, por meio do Sistema Registro de Preços, sob a forma Eletrônica, modo de disputa aberto, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por Item, nos termos do Art. 28, I c/c Art. 40, II e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Da Proposta Comercial

8.1 Nenhum pagamento adicional será efetuado em contraprestação ao objeto licitado, de forma que a empresa deverá consignar o valor total dos itens, já considerados e inclusos os custos com frete, transporte, tributos, tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

Da Habilitação

8.2 Para fins de Habilitação, a empresa deverá apresentar a seguinte documentação:

8.2.1 **Habilitação jurídica:** aquela constante do Edital.

8.2.2 **Habilitação fiscal, social e trabalhista:** aquela constante do Edital.

8.2.3 **Qualificação Econômico-Financeira:** aquela constante do Edital.

8.2.4 **Qualificação Técnica:** apresentação de atestado de capacitação técnica.

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



/ASSEMBLEIASP

WWW.AL.SP.GOV.BR

AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 - SÃO PAULO – SP

(11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

8.2.4.1 Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução, de forma satisfatória, de serviços de fornecimento e instalação de película de controle solar em no mínimo 200m², podendo ser apresentado mais de um atestado.

8.2.4.1.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa empresa.

8.2.4.1.2 O empresa disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.5 Documentação oficial do fabricante

8.2.5.1 Deverá ser encaminhado junto com a Proposta Comercial a documentação oficial da fabricante contendo as especificações técnicas do produto ofertado, para aprovação prévia, por meio de declaração específica, a ser emitida pela Unidade Solicitante da ALESP, observado o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico.

8.2.5.2 Considera-se documentação oficial do fabricante, contendo as especificações técnicas do produto ofertado, apresentada em língua portuguesa ou acompanhada da respectiva tradução juramentada, os seguintes documentos:

- a) catálogo, folder, certificado ou manual elaborado pela fabricante; e/ou,
- b) documento extraído de consulta realizada pela Internet na página oficial da fabricante. Neste caso, deverá ser indicado o endereço eletrônico da fabricante com menção à página onde consta a informação apresentada.

8.2.5.3 A não entrega das planilhas, dos manuais, dos catálogos e das certificações

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 - SÃO PAULO – SP

(11)3886-6324





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

acima citados e/ou o desatendimento das especificações e normas deste Termo de Referência, acarretará a desclassificação da proposta da empresa.

Da Contratação

8.3 Para fins de Contratação, a empresa deverá apresentar a documentação constante do Edital.

9 – Estimativas do valor da contratação

9.1 O valor estimado da contratação consta da Planilha de Preços do Edital.

9.2 Em atendimento ao disposto no art.18, inciso XI, da Lei Federal n.º 14.133/2021, informamos que o orçamento, constante da Planilha de Preços, não tem caráter sigiloso, sendo divulgado junto com o Edital.

9.3 Planilha de Preços

Item	Qtde	Unid	Discriminação	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
01	1000	m ²	Fornecimento e aplicação de película de filme de controle solar (tipo Insulfilm ou tecnicamente equivalente), branco jateado, translúcido. Qualidade anti-risco. Antiestilhaçamento. Porcentagem ultravioleta rejeitada: 99%; transmissão solar total: 68,2%. Transmitância de luz visível: 71,5%. As porcentagens descritas podem variar em 5% para mais ou para menos. Incluso remoção com limpeza dos vidros. Referência Marca/fabricante 3M	-	-
02	1000	m ²	Fornecimento e aplicação de película de filme de controle solar (tipo Insulfilm ou tecnicamente equivalente), fumê. Qualidade anti-risco, antiestilhaçamento, com transmissão de luz entre 5% e 20% (G5-G20). Porcentagem ultravioleta rejeitada: Entre 95 a 99%. Incluso remoção com limpeza dos	-	-



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

			vidros. Referência Marca/fabricante 3M		
03	500	m ²	Fornecimento e aplicação de película de filme de controle solar (tipo Insulfilm ou tecnicamente equivalente), prata espelhado. Qualidade anti-risco, antiestilhaçamento, com transmissão de luz entre 5% e 35% (G5-35). Visibilidade:20%. Bloqueio de raios UV: 99%. Porcentagem ultravioleta rejeitada: Entre 85 a 99%. Incluso remoção com limpeza dos vidros. Referência Marca/fabricante 3M	-	-
04	200	m ²	Fornecimento e aplicação de película de filme de controle solar (tipo Insulfilm ou tecnicamente equivalente), branco jateado listrado, translúcido. Qualidade anti-risco. Antiestilhaçamento. Visibilidade: 95%. Bloqueio de raios UV: 99%. Bloqueio de energia solar: 70%. As porcentagens descritas podem variar em 5% para mais ou para menos. Incluso remoção com limpeza dos vidros. Referência Marca/fabricante 3M	-	-

10 – Adequação Orçamentária

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Alesp.

Readequado em 19/02/2026 por
Aline Castro Rodrigues
Gestor de Divisão
Matrícula 24.580

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO

    /ASSEMBLEIASP

 WWW.AL.SP.GOV.BR

 AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 - SÃO PAULO – SP

 (11)3886-6324

